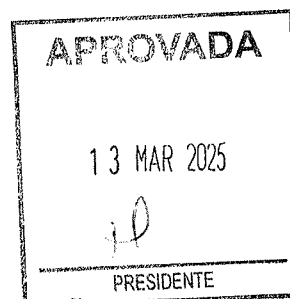
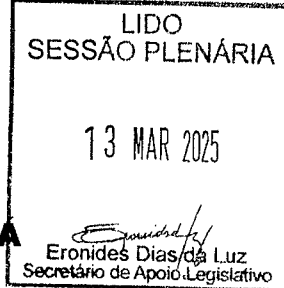




**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 07/03/25. “APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ”. PRESIDENTE: ILDE TAQUES.**

A Mesa de Honra foi composta pelas autoridades, a saber: Ilustríssimo Vereador Ilde Taques, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (C.F.A.E.O); Ilustríssimo Vereador Alex Rodrigues, Membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária (C.F.A.E.O); Ilustríssimo senhor Marcelo Bussiki, Secretário Municipal de Fazenda; Ilustríssimo senhor Eder Galiciani, Contador Geral da Prefeitura Municipal de Cuiabá de Cuiabá. Às 09h33min, “Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, o Presidente – Vereador Ilde Taques declarou aberta a Audiência Pública, convidando a todos para em postura cívica acompanharem a execução do Hino de Cuiabá. Em tempo, feito o registro das presenças: do senhor Paulo, assessor do vereador Dídimo Vovô, e da assessoria da vereadora Maysa Leão. No uso da fala o Presidente Ilde Taques cumprimentou a todos, destacando a presença de autoridades e servidores da Câmara de Cuiabá, como o Vereador Alex Rodrigues e o contador geral do município, Sr. Éder Galiciani; após, expressou agradecimentos especiais ao Secretário Municipal de Fazenda, Marcelo Bussiki, pela relevante contribuição na gestão financeira do município; enfatizou a importância da audiência pública como instrumento de transparência e participação dos cidadãos; anunciou que, a presente audiência pública visa a apresentação dos dados fiscais da Prefeitura de Cuiabá referentes ao terceiro quadrimestre de 2024; no ensejo, ressaltou a delicada situação financeira do município, mencionando um déficit de quase “dois bilhões de reais” herdado pela atual gestão, além de problemas estruturais significativos nas áreas de educação e saúde; enalteceu as ações da gestão municipal para superar essa crise financeira, destacando medidas de economia que resultaram na redução de mais de “100 milhões de reais” em despesas por meio da renegociação com fornecedores; ato contínuo, homenageou as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, destacando a presença feminina expressiva em seu gabinete, que é composto por 80% de mulheres; parabenizou a sua esposa e sua mãe, as quais são mulheres importantes em sua vida; ressaltou ainda a formação de uma mesa diretora composta exclusivamente por mulheres, enfatizando a importância da igualdade de gênero na sociedade; agradeceu a presença de todos e reforçou o compromisso da comissão de execução orçamentária com a transparência e o diálogo com os cidadãos cuiabanos, destacando que, a participação ativa da população é essencial para o fortalecimento e desenvolvimento da capital; por fim, convidou o Secretário Marcelo Bussiki para se pronunciar, destacando seu importante trabalho no controle financeiro do município e sua colaboração na implementação de medidas eficazes para a recuperação econômica da cidade. Com a palavra, o Secretário Municipal de Fazenda Marcelo Bussiki cumprimentou os presentes; destacou a parceria da Câmara Municipal com a atual gestão, liderada pelo prefeito Abílio Brunini; reconheceu os desafios encontrados pela administração devido à elevada dívida herdada; ressaltou o empenho para restaurar os serviços públicos essenciais e garantir a estabilidade financeira do município; mencionou a formação de uma comissão de reavaliação de contratos, cujo objetivo é reduzir gastos públicos; salientou que, essa iniciativa envolve a rescisão e a supressão de contratos, bem como, uma rigorosa avaliação conjunta com todos os secretários municipais para otimizar a execução orçamentária;



## **ESTADO DE MATO GROSSO**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

destacou ainda os passivos encontrados pela atual gestão, que incluem: aproximadamente “R\$ 530 milhões” em restos a pagar, “R\$ 472 milhões” em despesas realizadas sem empenho, um déficit orçamentário superior a “R\$ 380 milhões” em 2024, não atingimento do percentual constitucional mínimo de investimento na Educação; proferiu que, tais números serão apresentados oficialmente pelo contador geral da prefeitura, Éder Galiciani, profissional com mais de 20 anos de experiência na instituição; ressaltou que, apesar das dificuldades financeiras, a administração municipal tem priorizado tanto o pagamento de direitos trabalhistas dos servidores quanto a manutenção dos serviços essenciais à população; enfatizou que, esse trabalho tem sido conduzido com responsabilidade fiscal e com o apoio da Câmara Municipal; finalizou agradecendo à comissão pelos esforços empreendidos e reiterou a disposição da Prefeitura de Cuiabá em fornecer todas as informações necessárias para garantir transparência na gestão pública. No uso da fala, o Presidente Ilde Taques destacou a relevância da apresentação do relatório de gestão fiscal referente à administração anterior; ressaltou que, esse relatório servirá de base para que a Câmara Municipal de Cuiabá adote as medidas necessárias, justificando a instauração de cinco Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para investigar possíveis irregularidades na gestão passada; enfatizou a seriedade da situação e salientou que, a comissão de fiscalização da execução orçamentária tem como principal objetivo, fiscalizar e combater o uso indevido do orçamento público; por fim, reiterou que o trabalho será realizado com o apoio contínuo de todos. Foi concedido o uso da palavra ao vereador Alex Rodrigues. Com a palavra, o vereador Alex Rodrigues cumprimentou os presentes, agradecendo a oportunidade de participar da audiência pública; após, ressaltou a relevância das comissões da Casa Legislativa, destacando sua atuação conjunta com o Presidente Ilde Taques em três comissões específicas: Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Saúde e Obras, evidenciando o alinhamento dos vereadores em prol do desenvolvimento de Cuiabá; reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo Secretário Marcelo Bussiki no processo de reorganização administrativa, manifestando confiança de que, com o apoio de servidor Éder Galiciani, a gestão conseguirá estabilizar a situação financeira da Prefeitura, beneficiando assim, a população cuiabana; finalizou destacando o compromisso dos vereadores em colaborar com o Executivo Municipal para a realização de um trabalho eficiente; aproveitou a ocasião para homenagear as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, enviando cumprimentos especiais à sua esposa, Fabiola, e à sua mãe, Marlene. No uso da fala, o presidente Ilde Taques convidou o senhor Éder Galiciani para apresentar os dados referentes ao 3º quadrimestre de 2024. Foi concedido o uso da palavra ao contador geral do município, senhor Éder Galiciani. Com a palavra, o senhor Éder Galiciani cumprimentou os presentes, estendendo os cumprimentos aos demais vereadores, servidores e cidadãos que acompanhavam a audiência pública, inclusive pelas mídias sociais oficiais da Câmara; expressou reconhecimento ao Secretário Marcelo Bussiki e agradeceu aos servidores da Câmara pelo apoio na organização e condução dos trabalhos legislativos; homenageou especialmente às mulheres, em razão do Dia Internacional da Mulher, com menção à sua mãe, Elizabeth, e à sua esposa, Vanusa, que também é servidora da Casa; em seguida explicou que, a audiência pública é realizada em conformidade com o §4º do Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que exige que o Poder Executivo compareça à Câmara Municipal para



## **ESTADO DE MATO GROSSO**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

apresentar os resultados da gestão fiscal referentes ao terceiro quadrimestre de 2024; após, detalhou que, a apresentação abrangerá: o cumprimento das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), incluindo resultados nominais e primários, a verificação do atendimento aos limites estabelecidos pela LRF, como gastos com pessoal, dívida consolidada e operações de crédito, a comprovação do cumprimento dos percentuais mínimos constitucionais de investimentos nas áreas de educação e saúde; ato contínuo, apresentou o balanço orçamentário do município, destacando as receitas e despesas realizadas no exercício financeiro de 2024, com base na execução orçamentária; em relação às receitas, informou que o orçamento previa uma arrecadação de “R\$ 4,7 bilhões”, dos quais foram efetivamente arrecadados “R\$ 4,5 bilhões”, correspondendo a 95,85% da previsão inicial; dentre as receitas correntes, destacou-se o cumprimento integral da meta estabelecida, com uma arrecadação de “R\$ 4 bilhões”, alcançando 100% do valor previsto; quanto às receitas de capital, foi prevista a arrecadação de “R\$ 196 milhões”, porém apenas “R\$ 53,9 milhões” foram efetivamente arrecadados, representando 27,5% da meta; referente as receitas intraorçamentárias, que envolvem transferências para entidades municipais como a Empresa Cuiabana e o Cuiabá-Prev, resultando na receita total realizada de “R\$ 4,5 bilhões”; referente as despesas, relatou que, a despesa total prevista, após atualização orçamentária, foi de “R\$ 4,8 bilhões”, dos quais foram empenhados “R\$ 4,3 bilhões”, correspondendo a uma execução orçamentária de 88,69%; em relação às despesas correntes, o valor atualizado foi de “R\$ 3,6 bilhões”, com uma execução de “R\$ 3,5 bilhões”, atingindo 95% do montante previsto; já as despesas de capital apresentaram uma execução de apenas 49% do valor inicialmente previsto, as despesas intra, que incluem repasses à Empresa Cuiabana de Saúde e ao RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), também foram destacada; salientou que, o balanço orçamentário apresentou inicialmente um resultado superavitário de R\$ 207 milhões; no entanto, alertou para a necessidade de ajustes contábeis, como a abertura de créditos suplementares por superávit financeiro do exercício anterior (2023), que somaram “R\$ 17,9 milhões”, após esses ajustes, foram contabilizadas despesas pagas sem empenho, no valor de “R\$ 328 milhões”, e despesas sem empenho a pagar, no valor de “R\$ 278 milhões”, salientando que, esses fatores resultaram em um déficit orçamentário ajustado de “R\$ 381 milhões” ao final do exercício de 2024; no ensejo, apresentou o panorama das despesas municipais realizadas por função de governo e natureza da despesa, destacando os principais valores aplicados nas áreas prioritárias; informou que a maior parcela das despesas foram destinadas à área da saúde, que totalizou “R\$ 1,493 bilhão”, distribuídos da seguinte forma: “R\$ 572 milhões” em despesas com pessoal, “R\$ 604 milhões” em custeio, “R\$ 3,8 milhões” em investimentos, “R\$ 44 milhões” em despesas intra referentes a repasses para a Empresa Cuiabana, voltados para gastos com pessoal, “R\$ 267 milhões” em despesas intra destinadas ao custeio; na área da educação, destacou-se um total de “R\$ 829 milhões” em despesas realizadas; proferiu que, o montante destinado aos encargos da dívidas foi de “R\$ 184,5 milhões”; ressaltou que, o detalhamento completo das despesas, discriminado por função de governo, natureza da despesa (pessoal, custeio e investimento), bem como a separação entre despesas de aplicação direta e intra, estará disponível para análise posterior pelos vereadores e demais interessados; em seguida, apresentou o conceito e o detalhamento da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme exigido pela legislação



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

vigente e em conformidade com os manuais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); destacou que, embora o município tenha arrecadado “R\$ 4,5 bilhões” em receitas totais, nem todo esse montante está disponível para despesas como pagamento de pessoal, quitação de dívidas ou investimentos em áreas essenciais como saúde e educação; explicou que, para o cálculo dos limites fiscais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é necessário considerar apenas a Receita Corrente Líquida, que exclui determinadas receitas vinculadas e específicas; relatou que, o valor apurado da RCL foi de “R\$ 3 bilhões e 665 milhões”, sendo esse o montante utilizado como base para avaliar o cumprimento dos limites legais referentes a despesas com pessoal, endividamento e outras obrigações fiscais; informou que, o detalhamento completo da RCL, incluindo a discriminação por rubrica e por mês, estará disponível para consulta, colocando-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas; na sequência, apresentou os resultados financeiros do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Cuiabá, Cuiabá-Prev, destacando que, sua estrutura é segregada em três fundos: Fundo de Capitalização, Fundo de Repartição e Fundo de Administração; explicou que, o Fundo de Capitalização é baseado em cálculos atuariais para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo, proferindo que, em 2024, o fundo arrecadou “R\$ 250 milhões” em receitas previdenciárias e registrou despesas de “R\$ 114 milhões”, resultando em um saldo positivo de “R\$ 135 milhões”; anunciou que, atualmente, o fundo conta com “R\$ 590 milhões” em ativos, sendo “R\$ 580 milhões” aplicados e “R\$ 10 milhões” em caixa; referente ao Fundo de Repartição (Fundo Financeiro), explicou que, esse fundo cobre aposentadorias e pensões de servidores mais antigos, proferindo que, em 2024, arrecadou “R\$ 206 milhões” em receitas previdenciárias, enquanto as despesas somaram “R\$ 340 milhões”, gerando um déficit de “R\$ 134 milhões”; relatou que, para cobrir esse déficit, o município realizou aportes financeiros no valor de “R\$ 182 milhões”, esclarecendo que, o valor dos aportes foi superior ao déficit do período porque parte desse montante serviu para cobrir despesas não pagas acumuladas de 2023; referente ao Fundo de Administração, explicou que, destina-se ao custeio das atividades administrativas do Cuiabá-Prev, proferindo que, em 2024, tanto as receitas quanto as despesas desse fundo ficaram na ordem de “R\$ 10 milhões”; destacou que, apesar do déficit no Fundo de Repartição, o sistema previdenciário municipal apresenta um saldo positivo global, com o Fundo de Capitalização sólido e bem gerido; ressaltou que, o Cuiabá-Prev está devidamente equilibrado e não apresenta déficit atuarial a longo prazo, evidenciando uma gestão previdenciária estável e controlada; após, abordou a avaliação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com foco nos resultados primário e nominal; em relação ao resultado primário, foi apurada uma receita primária de “4,4 bilhões de reais” e uma despesa primária de aproximadamente “3 bilhões e 700 milhões de reais”, resultando num superávit primário de “324 milhões de reais”, essa performance contrasta positivamente com a previsão da LDO, que estimava um déficit de “47 milhões de reais”, indicando o cumprimento da meta estabelecida; quanto ao resultado nominal, o valor registrado foi de “341 milhões de reais”, em conformidade com a previsão da LOA e da LDO, que projetavam um resultado negativo de “500 milhões de reais”; proferiu que, ambas as metas fiscais — primária e nominal — foram devidamente alcançadas no exercício de 2024; ato contínuo, abordou a análise do cumprimento dos limites constitucionais referentes às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

estabelecido pela Constituição, foi demonstrado que a receita tributária totalizou “R\$ 2 bilhões e 259 milhões” em 2024, valor que inclui tanto as receitas tributárias diretamente arrecadadas pelo município de Cuiabá quanto as transferências constitucionais, como a quota-parte do FPM e a quota-parte do ICMS, deste montante, foram aplicados cerca de “R\$ 432 milhões” na educação, o que representa 19,16% das receitas tributárias arrecadadas; ressaltou que, esse percentual está abaixo do limite mínimo constitucional exigido de 25%, e que o município não cumpriu esse requisito legal no exercício de 2024; referente ao cumprimento da aplicação mínima dos recursos do FUNDEB, conforme determina a legislação vigente; relatou que, segundo as normas legais, pelo menos 70% dos recursos recebidos pelo município através do FUNDEB devem ser destinados à remuneração de profissionais da Educação Básica; proferiu que, em 2024, o município recebeu um total de “R\$ 527 milhões” do FUNDEB e aplicou R\$ “422 milhões” na remuneração desses profissionais, o que corresponde a 80,16% do total recebido; destacou que, esse valor superou o percentual mínimo exigido, destacando o cumprimento do limite constitucional estabelecido; em relação ao cumprimento do limite constitucional relacionado às ações e serviços públicos de saúde; explicou que, as receitas consideradas para esse cálculo incluem as receitas de impostos arrecadadas, as de origem tributária e as transferências legais constitucionais, totalizando “R\$ 2 bilhões e 37 milhões” no exercício de 2024, desse montante, foram aplicados “R\$ 505 milhões” diretamente na saúde, com recursos próprios, o que representa 22,58% dessas receitas; salientou que, esse valor supera o limite mínimo constitucional exigido de 15%, indicando que o município aplicou “7,58 pontos percentuais” acima do limite obrigatório; no ensejo, esclareceu que, houve um equívoco na apresentação, onde foi indicado indevidamente o percentual mínimo de 25%, sendo este, na verdade, o valor referente às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino na análise anterior; relativo ao cumprimento dos limites fiscais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com foco específico nas despesas com pessoal, apresentou os valores detalhados referentes aos gastos com: vencimentos e vantagens dos servidores ativos, aposentadorias e benefícios de servidores inativos, contratos de terceirização, despesas não executadas orçamentariamente, mas que constam no relatório; demonstrou as deduções permitidas pelo artigo 19 da LRF, conforme a legislação vigente; relatou que, o relatório abrangeu dados mensais do período de janeiro a julho, todavia, proferiu que não detalhará item por item na exposição; após, destacou o total de despesas realizadas, detalhadas de forma mensal; salientou que, esse formato detalhado foi implementado a partir de uma solicitação do então vereador e atual prefeito, Abílio Brunini, que solicitou uma apresentação mais clara e segmentada por mês para facilitar a compreensão das despesas realizadas ao longo do exercício financeiro, e desde essa solicitação, o relatório vem sendo apresentado dessa forma para garantir maior transparência e clareza nas informações. No uso da fala o Presidente Ilde Taques perguntou se tal proposta foi feita por projeto de Lei. Retomando o senhor Eder Galiciani proferiu que não, foi apenas uma sugestão; concernente ao cumprimento do limite de despesas com pessoal, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2024, o município de Cuiabá registrou uma despesa líquida com pessoal no montante de “R\$ 1 bilhão e 727 milhões”, sendo que, a receita corrente líquida no mesmo período foi de “R\$ 3 bilhões e 675 milhões”; explicou que, o percentual resultante da



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

relação entre essas despesas e a receita corrente líquida foi de 47,43%, valor que se encontra abaixo do limite máximo permitido pela LRF, que é de 54%, abaixo do limite prudencial, fixado em 51,3%, abaixo do limite de alerta, estabelecido em 48,6%, portanto, o município de Cuiabá cumpriu integralmente o limite legal de despesas com pessoal durante o exercício de 2024; referente ao cumprimento do limite da dívida consolidada, conforme definido na LRF em 2024, a dívida consolidada do município de Cuiabá foi de “R\$ 1 bilhão e 746 milhões,” no entanto, devido ao saldo negativo de caixa de “R\$ 556 milhões”, esse valor foi somado à dívida consolidada, resultando numa dívida consolidada líquida de “R\$ 2 bilhões e 303 milhões”; explicou que, ao relacionar esse montante com a receita corrente líquida, que foi de “R\$ 3 bilhões e 675 milhões”, o índice de comprometimento da dívida consolidada atingiu 47,23%, salientando que, esse percentual está dentro do limite máximo estabelecido pela LRF, que é de 120% da receita corrente líquida (ou 1,2 vezes esse valor); proferiu que, o município de Cuiabá cumpriu integralmente o limite de endividamento estabelecido pela legislação vigente; relativo a composição da dívida consolidada do município, trouxe informações detalhadas sobre os saldos, emissões, amortizações e encargos, apresentando os seguintes elementos: Dívida Consolidada por Tipo, incluindo financiamentos bancários, parcelamentos do RPPS, INSS, empréstimos com o Banco do Brasil, Caixa Econômica, parcelamentos de débitos com empresas de energia e precatórios, Precatórios: saldo anterior (2023) “R\$ 601 milhões”, Emissão adicional de “R\$ 124 milhões”, Atualização monetária de R\$ “129 milhões”, Amortização de “R\$ 79 milhões” com saldo final de “R\$ 775 milhões”, com prazo de pagamento até 2029, representando uma despesa mensal aproximada de “R\$ 12 milhões”; referente as obrigações sem Empenho a Pagar: saldo anterior de “R\$ 369 milhões”, sendo emitido durante o exercício “R\$ 358 milhões”, baixas de “R\$ 255 milhões”, sendo o saldo final de “R\$ 472 milhões”; relativo a Insuficiência Financeira, relatou que, em 2023, essa insuficiência foi de “R\$ 259 milhões”, em 2024, esse valor subiu para “R\$ 556,5 milhões”, sendo a Dívida Consolidada Líquida Final, totalizando o montante de “R\$ 2 bilhões e 303 milhões”, representando 47,23% da Receita Corrente Líquida; salientou que, apesar do montante expressivo, esse percentual permanece dentro do limite legal estabelecido pela LRF; após, abordou o cumprimento do limite de operações de crédito, conforme estabelecido pela LRF; proferiu que, de acordo com a LRF, o município pode contratar, dentro de um exercício financeiro, operações de crédito até o limite máximo de 16% da Receita Corrente Líquida (RCL); relatou que, no exercício de 2024, não houve contratação de novas operações de crédito; anunciou que, o montante recebido, no valor de “R\$ 15,7 milhões”, refere-se exclusivamente a desembolsos de contratos firmados em exercícios anteriores, principalmente vinculados ao programa FINISA, cujos recursos foram aplicados em obras como a Avenida das Torres e a Avenida Contorno Leste; explicou que, esse valor de “R\$ 15,7 milhões” corresponde a apenas 0,42% da RCL, ficando, portanto, bem abaixo do limite máximo permitido pela LRF; atinente ao Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que detalha a disponibilidade de caixa líquida do município e evidencia a situação de insuficiência financeira; explicou que, o município encerrou o exercício de 2024 com uma disponibilidade de caixa de aproximadamente “R\$ 99 milhões”; anunciou que, desse montante, a maior parte desses recursos é vinculada a finalidades específicas, incluindo: “R\$ 40 milhões” provenientes de convênios, de Recursos vinculados à saúde; explicou que, apenas “R\$ 7,6 milhões” de recursos próprios estão livres para



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

utilização; referente as obrigações e despesas destacadas: Restos a pagar: "R\$ 529 milhões"; Retenções a recolher: "R\$ 248 milhões"; Despesas sem empenho: "R\$ 472 milhões"; destacou que, considerando esses valores, o município apresentou um caixa negativo de "R\$ 1 bilhão e 150 milhões", e ao descontar a disponibilidade de caixa de "R\$ 99 milhões", a dívida de curto prazo totalizou "R\$ 1 bilhão e 250 milhões"; salientou que, embora esse quadro não esteja vinculado a um limite direto da Lei de LRF, ele está relacionado ao cumprimento de normas como o artigo 42 da LRF; por ser um demonstrativo amplamente questionado e analisado pelo Tribunal de Contas, essa apresentação visa garantir maior transparência sobre a situação financeira do município; por fim, agradeceu pela oportunidade concedida, colocando-se à disposição para responder a quaisquer questionamentos. No uso da fala o presidente Ildé Taques agradeceu ao senhor Eder Galiciani pelo relatório de gestão fiscal apresentado, destacando sua importância para a comissão de fiscalização e execução orçamentária e para a casa legislativa, o que fortalece o trabalho desenvolvido; em seguida, expressou gratidão à vice-presidente da comissão de fiscalização e execução orçamentária, vereadora Samantha Irís que, devido a uma reunião na Casa Civil, não pôde comparecer, mas que, sempre tem dado apoio à esta comissão; estendeu os agradecimentos ao secretário Marcelo Bussiki e ao vereador Alex Rodrigues, seu parceiro em diversas comissões, destacando a importância do trabalho conjunto, especialmente no contexto da comissão sobre o BRT; no ensejo, convidou a todos para a audiência pública sobre o BRT marcada para o dia 14, mencionando os impactos críticos que a obra tem causado na cidade, especialmente na avenida do CPA, gerando transtornos para a população; agradeceu as importantes falas dos participantes da audiência, ressaltando que os dados apresentados indicam a necessidade de grandes esforços para reverter os problemas de desenvolvimento de Cuiabá; expressou a certeza de que a casa está ao lado da população e que trabalhará intensamente para retomar o desenvolvimento da cidade; por fim, agradeceu a todos os colaboradores desta casa de leis, declarando por encerrada a presente Audiência Pública às 10h21min. Esta é a Ata que se lavrou para constar, devendo ser assinada, mediante leitura e aprovação.

  
PRESIDENTE

  
SECRETÁRIA(O)

SARA MARIA  
PACHECO PINTO DE  
CASTRO:83160078191

Assinado de forma digital por  
SARA MARIA PACHECO PINTO DE  
CASTRO:83160078191  
Dados: 2025.03.11 09:50:41 -04'00'

Sara Maria P. P. de Castro.  
Taquígrafa Legislativa.